

ANEXO III - TÓPICOS RELEVANTES

1. A ofertante pode escolher a vinculação sindical que desejar e comprovar. As informações de salário e benefícios são de título comparativo para elaboração da estimativa de custos.
2. Os salários nunca devem ser inferiores ao seu equivalente na legislação estadual.
3. A estimativa de preços foi baseada na convenção 2025 vigente do SINDESP - Rio de Janeiro.
4. A prestadora de serviço fica obrigada a conceder um auxílio alimentação, ou refeição, por dia, considerando os dias efetivamente trabalhados no mês. Para evitar a incorporação deste benefício ao salário, a empresa terá o direito de descontar dos empregados, em seus contracheques mensais, o correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do auxílio concedido no mês de competência, ou outro estabelecido na CCT.
5. Os empregados que trabalhem em regime de escala/plantão, receberão o respectivo auxílio somente para os dias efetivamente trabalhados, sugerindo que para a proposta considere para regime de plantão 16 (dezesseis) dias, uma vez que este INC pagará os dias comprovados.
6. Quanto ao Adicional Noturno, as horas efetivamente laboradas no período compreendido entre 22 (vinte e duas) horas e 05 (cinco) horas serão remuneradas nos termos da CCT, apresentados na proposta. As horas que ultrapassarem o período compreendido entre as 22 (vinte e duas) horas e 5 (cinco) horas, não serão remuneradas com o adicional noturno previsto no caput. (termos da convenção base deste estudo).
7. As atividades laborativas diurnas podem ocorrer entre 5h e 22h, de forma que os horários devem adequar às necessidades das unidades onde os postos serão alocados.
8. Quanto ao benefício do vale-transporte, observar os subitens abaixo:
 - 8.1. Será realizado o desconto de até 6% (seis por cento), incidente sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei.
 - 8.2. Nos períodos de afastamento do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico, ou pelo INSS, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale-transporte, por inexistência de deslocamentos do empregado ao local de trabalho.
 - 8.3. O desconto legal do complemento do vale-transporte, será limitado ao valor creditado.
 - 8.4. Para efeito de estimativa de custo e isonomia entre as licitantes, sugerimos que as propostas ofereçam, no mínimo, o valor de 02 (duas) tarifas do Bilhete Único Intermunicipal para a passagem diária.
 - 8.5. Durante a execução do contrato, respeitando a limitação do valor mensal total da rubrica - 2 (dois) bilhetes únicos intermunicipais x n° de funcionários x dias trabalhados - desconto legal - as medições levarão em conta o montante mensal efetivamente pago, não definindo o custo individual.
 - 8.6. Em resumo, é possível haver colaboradores que podem receber auxílio transporte de 2 (dois) bilhetes-único intermunicipal, ou 2 (dois) modais de metrô, ou 2 bilhetes único municipal, ou não receber auxílio transporte, em razão da localização de moradia.
 - 8.7. Qualquer combinação de passagens, de uso efetivo, poderá ser dispensada ao colaborador, observando o montante total destinado a transportes.
 - 8.8. O perfil das passagens dispensadas aos colaboradores será objeto de fiscalização, de forma que não será aceito o pagamento de valores em desacordo com o trajeto casa - trabalho - casa.
 - 8.9. Valores não utilizados serão descontados da fatura, não sendo interpretados como lucro extraordinário.